

Pecuaristas transferem gado para driblar Ministério Público

Alberto Komatsu

Fazendas punidas por desmatamento irregular na Amazônia repassam bezerros para outras não embargadas

Pecuaristas de fazendas embargadas no sul do Pará, por causa do desmatamento irregular da Floresta Amazônica, decidiram negociar bois por meio de outras fazendas, não embargadas, para driblar o bloqueio. A operação para "esquentar" o gado para venda já é utilizada com transferência de bezerros - não considerados gado de corte, mas matrizes -, e agora será estendida para os bois.

Vinte e uma fazendas da região foram proibidas pelo Ministério Público Federal do Pará (MPF) de vender boi gordo para abate por terem área desmatada superior ao limite de 20% do total de sua propriedade. Elas foram multadas em R\$ 2,1 bilhões e têm prazo de 120 dias para retirar o gado de seu território a partir da notificação. Nove delas pertencem ao Grupo Santa Bárbara, que tem o banqueiro Daniel Dantas como acionista. O Estado do Pará tem 109 mil fazendas de gado de corte.

O presidente do Grupo Santa Bárbara, Carlos Rodenburgo (que também foi sócio de Dantas no grupo Opportunity), afirma que vai usar a transferência de gado como expediente para fornecer tanto bois gordos para os frigoríficos quanto bezerros para fazendas de engorda. O MPF informou que vai investigar qualquer irregularidade. Ao todo, o grupo tem 15 fazendas, com rebanho de 500 mil cabeças de gado.

Assim que o embargo se tornou público, no início de junho, as três maiores redes de supermercado do País - Carrefour, Pão de Açúcar e Wal-Mart - anunciaram a suspensão da compra de carne das 21 fazendas embargadas. Elas fornecem, por ano, 200 mil cabeças de gado, ou 1% do rebanho paraense, de 20 milhões de cabeças. Isso representa um faturamento de cerca de R\$ 240 milhões. Juntas, essas fazendas têm uma área de 157,1 mil hectares, o equivalente à área do município de São Paulo.

Na opinião do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará, Carlos Xavier, as 21 fazendas embargadas não cometeram irregularidade, pois o antigo código florestal, que vigorou de 1965 a 1996, permitia o desmatamento de até 50% da área de suas fazendas, com incentivo e financiamento governamental.

A estratégia de uma das fazendas do Grupo Santa Bárbara, a Espírito Santo, por exemplo, foi mudar seu perfil de atividade. Antes especializada em venda de boi para abate, agora negocia bezerros. Só ela vai vender 9 mil bezerros até o fim deste ano, o equivalente a uma receita de R\$ 5,4 milhões. Seu rebanho total é de 73 mil cabeças de gado. A Espírito Santo está na lista porque, segundo levantamento do Greenpeace, desmatou 75% de sua área total.

Esse trabalho, intitulado "A farra do boi na Amazônia" serviu de base para o embargo do MPF.

"A Fazenda Espírito Santo engloba no CNPJ dela outras tantas fazendas que não foram objeto de embargo, como a Ceita Core. Aí você consegue movimentar o gado da Ceita Core, porque ela não está embargada. Na Cedro (outra fazenda do grupo) é a mesma coisa. Isso não é um recurso, é um direito. Não estou utilizando uma brecha para isso", afirma Rodenburgo.

O novo perfil de atividade da Espírito Santo terá início este mês, com a negociação de 1,5 mil cabeças. Essa será a média mensal até o fim de 2009, afirma o gerente da fazenda, Oscar Beller. Há cerca de cinco meses, a entrada da fazenda foi ocupada por integrantes do Movimento dos Sem-Terra. Outras três fazendas do Grupo Santa Bárbara foram ocupadas.

Xavier, da Faepa, diz que não tem informações se outras fazendas embargadas estariam usando a mesma alternativa encontrada pelo Grupo Santa Bárbara. "Acho que esse não é um bom caminho. O melhor é mostrar na Justiça que não houve desmatamento ilegal", afirma ele. O diretor de outra fazenda da lista do MPF, a Santa Fé, Marcos Mariane, afirma que não está

vendendo bois após o embargo. A fazenda, segundo o levantamento, desmatou 49,9% de sua área.

O embargo do MPF também preocupa os frigoríficos instalados no Pará, como o Bertin, que tem quatro unidades no Estado. De acordo com o diretor executivo de carnes da empresa, Evandro Miessi, o volume de abate das filiais paraenses era de 3,5 mil cabeças por dia antes do embargo, ou cerca de 20% da capacidade de toda a companhia. Agora, o abate recuou para 2,5 mil cabeças por dia. Com isso, a empresa demitiu na semana passada 211 empregados do seu principal frigorífico paraense, cujo abate recuou de 1,2 mil cabeças, antes do embargo, para 800 unidades.

"Nós suspendemos preventivamente as compras de produtores do Pará, dentro de uma política de bom relacionamento com o Ministério Público", afirma Miessi. Segundo ele, a empresa não foi informada do embargo. Tomou conhecimento por meio de seus clientes, que foram avisados primeiro. O Bertin tem, no Pará, 2,5 mil fornecedores. Da lista de 21 fazendas embargadas, a empresa trabalhava com 14.

Fonte: O Estado de S.Paulo, São Paulo, 5 jul. 2009, Economia & Negócios, p. B8.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais